



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Com vista a melhorar a qualidade do ambiente e do ar de Macau, o Governo da RAEM definiu a estratégia de diversificar, com segurança, as fontes energéticas e, sobretudo, de promover o uso de gás natural na produção eléctrica, na cidade e nos transportes públicos, e efectuou ainda o planeamento do mercado desse gás natural, composto por três fases: importação, transporte e distribuição, e venda. Em 2007, o Governo celebrou com a *Sinosky Energy (Holdings) Co., Ltd.* (adiante designada por “*Sinosky*”) um “Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural”, com a duração de 15 anos, segundo o qual a referida empresa tem de procurar gás natural para importar para Macau, e celebrou também o respectivo contrato de fornecimento a longo prazo.

A duração do contrato já vai a meio, mas a empresa nunca apresentou o plano de fornecimento a longo prazo de gás natural, conforme exigido no contrato. Segundo os serviços competentes, em 2010 começaram a pedir à *Sinosky* que apresentasse aquele plano de fornecimento, mas aquela só em Abril do ano passado é que apresentou um plano de fornecimento de gás natural para o período de 2014 a 2021, do qual constam vários aspectos irracionais, tais como a impossibilidade de garantir a segurança e a estabilidade do gás natural, a inexistência de normas sancionatórias em caso de interrupção do fornecimento, e a proposta de aumentar para o dobro o “*gate price*” do gás natural. Se o Governo aceitar este plano de fornecimento,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

os custos de produção de energia eléctrica vão duplicar, afectando a vida da população.

Já apresentei uma interpelação escrita sobre este assunto, mas o Governo não respondeu, directamente, às minhas perguntas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Na resposta à minha interpelação escrita, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético refere que, como a concessionária não apresentou um plano de fornecimento de gás a longo prazo considerado aceitável, o Governo teve de exigir novamente uma revisão daquele plano - com vista a que satisfaça as exigências - e a sua entrega dentro do prazo estabelecido. Caso contrário, vai dar o acompanhamento e tratamento necessários ao caso, seguindo rigorosamente os termos do contrato de concessão. Qual é o prazo estabelecido a que o Governo se refere? Se a concessionária não cumprir o contrato, o Governo vai, por razões de interesse público, cancelá-lo e realizar novo concurso público?

2. Em 2007, o Governo definiu a sua estratégia para as fontes energéticas, e efectuou ainda o planeamento da estrutura do mercado de gás natural, composto por três fases. O fornecimento de gás natural para produção de electricidade está suspenso há já 3 anos, a utilização de gás natural de cidade limita-se a Seac Pai Van e ao campus da Universidade de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Macau na Ilha de Hengqin; o uso de gás natural nos transportes públicos caiu em saco roto há já muitos anos; e o contrato de exclusividade já vai a meio, sem que tenha sido apresentado qualquer plano de fornecimento de gás a longo prazo. A concessionária não conseguiu fazer nada, e o Governo não conseguiu acompanhar a situação. Porquê? A situação real de utilização de gás natural está muito aquém do que foi definido na política do Governo, então, como é que este vai remediar a situação?

3. Actualmente, na maior parte do Mundo já se substituíram os tradicionais táxis a gasóleo, altamente poluentes, por táxis a gás butano ou gás natural. De que planos dispõe o Governo para impulsionar e concretizar o uso de gás natural nos transportes públicos? Existe alguma calendarização para o efeito?

16 de Julho de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau
Kwan Tsui Hang